

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

DENISE DA SILVA SANTOS

**AS TRAJETÓRIAS E AMBIGUIDADES DO PROFESSOR DE
EDUCAÇÃO INFANTIL**

São Paulo

2016

DENISE DA SILVA SANTOS

**AS TRAJETÓRIAS E AMBIGUIDADES DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO
INFANTIL**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Cultura e Sociedade da Pontifícia Universidade Católica, como exigência para aprovação no Módulo V – Trabalho de Conclusão de Curso.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Olga Brittes..

São Paulo

2016

SUMÁRIO

1.	TEMA.....	3
2.	INTRODUÇÃO.....	6
3.	JUSTIFICATIVA.....	8
4.	OBJETIVOS	12
5.	PROBLEMATIZAÇÃO.....	13
6.	METODOLOGIA.....	14
7.	DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA.....	15
8.	CRONOGRAMA.....	18
9.	PLANO DE TRABALHO.....	19
10.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	20

1. TEMA

O corrente trabalho tem como propósito pesquisar a qualidade do atendimento de crianças de zero a três anos nos Centros de Educação Infantil, antigas Creches e de 4 a 5 anos nas Escolas Municipais de Educação Infantil, as Emeis. Principalmente nas redes diretas subsidiadas pela Prefeitura Municipal de São Paulo. Neste ano de 2016, a Educação Infantil dentro do cenário paulista, completa 80 anos de lutas, trajetórias, reconhecimento e incoerências. Tal desconforto com o tema proposto deu-se a partir de relatos feitos por colegas em cursos de aperfeiçoamento profissional, acerca de suas queixas e preocupações com crianças do Ensino fundamental. Muitos acreditam que a falta de interesse, aprendizagem e outros déficits ocorrem a partir de uma ruptura ou mesmo uma defasagem de algumas práticas que não ocorrem nos Centros de Educação Infantil e Emeis.

Ainda que, no atual cenário exige-se que se tenha um maior empenho daqueles que estão direta ou indiretamente enredados com a educação infantil, como abordará essa pesquisa, sobretudo a pública, ofertada pelo município de São Paulo, o que devemos frisar é qual seria o papel e quais embasamentos que esse professor terá que se fundamentar para que o currículo na educação infantil e suas diretrizes aconteçam?

Esta análise se fixará ao contexto histórico e social da educação infantil, principalmente no Brasil, que padeceram no decorrer da história, diferentes mudanças em suas funções, as quais cruzaram pelo assistencialismo, tutela, atraso cultural e sua função educativa.

Como teorias sobre infância são concepções históricas, em cada período prevalecem certos discursos de criança, de como se dá seu desenvolvimento e quais conhecimentos e posturas ela deve denotar. Para empreender esse dinamismo, é necessário analisar como circunda em nossos meio sociais enunciados acerca do desenvolvimento infantil, o papel da família, comunidade, da instituição escolar e do poder público.

Antes do século 19, não existia no Brasil o atendimento de crianças longe da mãe. Essa condição se altera quase minimamente a partir do século 19, com o aumento da migração de moradores da zona rural para a urbana dos grandes centros e com a

proclamação da República, surgindo condições para um desenvolvimento cultural e tecnológico no país.

O anseio pela modernidade proporciona a compreensão, por parte das elites políticas, novas formalidades educacionais advindas da Europa, como a ideia de jardim da infância, aceita com entusiasmo por alguns setores sociais e hostilizados com intensidade por outros.

O fato é que a Educação de crianças muito pequenas está em ampla movimentação e adjacente ao número de procura por matrículas, embora com soma ainda insuficiente para a obtenção das metas do plano nacional. Ainda assim, tem ocorrido considerável mudança na forma como atualmente se concebe a função social e política desse nível de ensino e compreensão sobre criança e seu processo de aprendizagem e desenvolvimento.

Para entender o discurso histórico sobre a origem do sentimento de infância, é imprescindível conhecer um pouco do relato da evolução da mesma e suas variações ocorridas durante vários séculos, assim em conformidade com Áries:

O sentimento de infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. (ÁRIES, 1978, p. 99).

Nesse enredo, o sentimento de infância é o que diverge a criança do adulto, com peculiaridades próprias que são conferidas ao seu mundo infantil, exigindo uma atenção especial a essa etapa tão necessária para o seu desenvolvimento.

Por outro lado, as narrativas teóricas e a realidade de muitas crianças, têm desvelado o estado paradoxal da circunstância da criança e do cumprimento de seus direitos. Portanto, o propósito desta pesquisa, é analisar as concepções de criança, seus direitos e educação infantil apresentada por algumas educadoras da rede direta da Prefeitura de São Paulo, e de que maneira essas esferas são expostas nas práticas institucionais.

Portanto, indagaremos também seus objetivos na formação continuada que ocorre e ainda sim, não favorece a profissionalização dos Peis. Neste passo, a pesquisa será acrescida por meio de investigação de caráter qualitativo, examinando o que está aventado nas políticas de formação continuada nacionais. Assim, uma análise

documental dos subsídios oficiais para a Educação Infantil sustentará o abarcamento de seu papel no contexto vigente e permitirá aferir seu subsídio na capacitação dos professores.

2. INTRODUÇÃO

“Não tenho medo de que meu tema possa, em exame mais detalhado, parecer trivial. Receio apenas que eu possa parecer presunçoso por ter levantado uma questão tão vasta e tão importante.” (CARR, 2002, p.44).

A Psicologia e a Pedagogia Moderna atrelada à educação de crianças de 0 a 6 anos, retratou no Brasil, um intenso debate nos anos 90, acerca da singularidade de um trabalho pedagógico que privilegiasse essa faixa etária.

Indagou-se ainda, uma tentativa de se traçar uma identidade própria no que se refere a Educação Infantil, que dentro da história prendeu-se a fins superficiais, ora entendida como uma área de caráter apenas assistencial (especificamente no caso das Creches, atuais Ceis), ora conhecida como obrigatória ou apenas como ponte para o Ensino Fundamental.

Teoricamente, as propostas, mudanças e leis que ocorreram desde então, colocam a criança, protagonista deste trabalho, como sujeito principal, histórico e cidadão de direitos em instituições educacionais cuja função de cuidar e educar ação indissociável de seu desenvolvimento seja instituído integralmente e em seus aspectos físicos, sociais, afetivos, étnicos e cognitivos dentro dos parâmetros e diretrizes educacionais.

Dentro desta premissa, está aquele que deveria garantir que todo o processo de desenvolvimento de crianças pequenas fosse garantido, o Professor.

O Professor de Educação Infantil, anteriormente era Auxiliar, Pajem, Recreacionista, PDI. Atualmente foram reconhecidos como PEI (Professor de Educação Infantil) devido às lutas, debates, propostas, discursos e questionamentos. E apesar de todas as mudanças, leis e garantias de trabalho, este profissional ainda não entende dentro do seu cotidiano os processos e a importância da sua ação na formação das crianças pequenas.

O que pretendo discorrer, é que se esse profissional, não compreende a relevância desta primeira etapa do ensino, acreditando que no contato com a criança pequena, alguns preceitos são inevitáveis para afirmar uma prática participativa e eficiente no desenvolvimento desses protagonistas tão empíricos, ávidos de experiências e

aventuras, este mediador decretará para sempre, o fracasso que esses pequenos irão galgar posteriormente no Ensino Fundamental.

3. JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa partirá da análise do “particular para o geral”, ou seja, por fazer parte de um grupo que reconhece que um trabalho a ser realizado com crianças pequenas deve ser considerado sério e de suma importância, que vai além do cuidar e, deve promover nas crianças uma educação que as desenvolva e forme sua consciência humana.

De acordo com as Diretrizes Nacionais Curriculares da Educação Básica:

Do ponto de vista legal, a Educação infantil é a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos de idade em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, complementando a ação da família e da comunidade (Lei nº 9.394/96, art.29).

Diante disso, o exercício do Professor de Educação Infantil (PEI), o obriga a ter atribuições mais polivalentes e conhecimentos próprios, que incorporem o cuidar e o educar em sua práxis, concentrando a aprendizagem e o desenvolvimento global dos pequenos, denotando conforme os documentos que:

(...) ao professor cabe trabalhar com conteúdos de natureza diversos que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento. (...) uma formação bastante ampla do profissional que deve tornar-se, ele também, um aprendiz, refletindo constantemente sobre sua prática, debatendo com seus pares, dialogando com as famílias e a comunidade e buscando informações necessárias para o trabalho que desenvolve. (...) é preciso ter professores que estejam comprometidos com a prática educacional, capazes de responder às demandas familiares e das crianças, assim como às questões específicas relativas aos cuidados e aprendizagens infantis. (BRASIL, 1998, P.41).

Por essa razão os anos iniciais dos sujeitos que frequentam a escola de educação infantil devem ter essa relevância e necessidade. É preciso apresentar questionamentos sobre qual o espaço social e a realidade oferecida dentro dessas instituições.

Embora a rede direta por meio de parcerias, investimentos e através de cursos de formação tentam qualificar cada vez mais o professorado, muitos desses ainda encontram resistência em apresentar na prática o que os documentos, projetos, diretrizes, currículo e referenciais orientam. Ainda, o sentimento altruísta no que diz respeito ao aperfeiçoamento profissional, poderá transpor a uma ação carente de teoria e de uma prática especializada. Ainda discursando a respeito dessa formação despreendida, Freire salienta que:

O professor que não leve a sério a sua formação, que não estude que não se esforce para estar à altura de sua tarefa não tem força moral para coordenar as atividades de sua classe. Isto significa, porém, que a opção e a prática democrática do professor ou da professora sejam determinadas por sua competência científica (...). O que quero dizer é que a incompetência profissional desqualifica a autoridade do professor (FREIRE, 1996, p. 92).

Compreende-se que todo sujeito que se disponibiliza a trabalhar com educação, principalmente a Educação Infantil, é recomendado que fizesse uso da razão, que critique, investigue, ou seja, que venha a ser um pesquisador, um levantador de proposições sobre certos conceitos e discursos já estabelecidos; que não se restrinja a teorias repetitivas, carentes de efeito. O professor de educação Infantil deve perseguir sempre a construção do personagem principal em sua evolução profissional.

E com isso, a organização do espaço e do tempo na Educação infantil também requer por parte do professor algo que seja de essencialidade na obtenção de bons resultados de aprendizagem e desenvolvimento. Por meio dessa organização, que os PEIs, constatarem as inúmeras relações sociais, necessidades de cada um, conflitos e prioridades das crianças. Mesmo com a orientação de diretrizes e referenciais esta pesquisa poderá explicitar que muitas dessas práticas raramente acontecem ou não acontecem.

Diante disso, não há educação se o professor não estudar e enxergar na capacitação e aprimoramento um recurso que melhore tanto a sua prática, como o desenvolvimento das crianças. Em concordância como bem atenta o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, para que o trabalho aconteça:

(...) o professor deve conhecer e considerar as singularidades das crianças de diferentes idades, assim como a diversidade de hábitos, costumes, valores, crenças, etnias etc. das crianças com as quais trabalha respeitando suas diferenças e ampliando suas pautas de socialização. Nessa perspectiva, o professor é mediador entre as crianças e os objetos de conhecimento propiciando espaços e situações de aprendizagens que articulem os recursos e capacidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas de cada criança aos seus conhecimentos prévios e aos conteúdos referentes aos diferentes campos de conhecimento humano. Na instituição de educação infantil o professor constitui-se, portanto, no parceiro mais experiente por excelência, cuja função é propiciar e garantir um ambiente rico prazeroso, saudável e não discriminatório de experiências educativas e sociais variadas. (BRASIL, 1998, p.30).

A realidade que nos apresenta hoje é que o conceito de criança mudou, mas pedagogicamente o professor nem sempre se atentou para tal fato sobre “quem é esse sujeito infantil”, “suas prioridades” e “quais práticas que poderiam beneficiá-lo integralmente em seu desenvolvimento”. Dentro desta premissa, que o professor deve atualizar suas estratégias de ensino para abarcar os atos de cuidar e educar no cenário educativo:

Seria bom se todos os professores observassem suas estratégias de ensino como os gorduchos em regime observam seus progressos na balança. Se acreditarem em seu êxito, querem medir o peso a cada instante. A aula tem que ser avaliada a cada dia, o uso das competências em todas as oportunidades, o anseio de progresso no início de cada semana. (ANTUNES, 2010, p.48).

Os PEIs devem ser profissionais idôneos, instruídos a encorajar suas crianças a transformar a sua prática social, desse modo:

O professor, numa pedagogia que pretenda caminhar lado a lado com a transformação social, não é um ausente, mas uma presença atuante, participante, dirigente, “especialista mais político” (GRAMSCI, 1968:8), que anima, constrói, organiza. Que o professor participe, dirija, por meio de uma pedagogia diretiva ou não-diretiva, isso é secundário. (GADOTTI, 2004, p.75).

Assim, pertence ao professor o ofício não apenas de produzir conhecimento, mas de educar em uma conjuntura mais universal, incomodando-se menos com conteúdos que irão ser memorizados e, sim de que maneira estes conseguirão ser transformados em conhecimento.

Portanto, os docentes que exercem suas ações nessa etapa da educação que muitos estudiosos consideram a mais importante, disponham de saberes que respeite e enalteçam a criança como sujeito capaz de gerar cultura. Dentro deste pensamento:

Afirmar que a criança é um sujeito que produz cultura exige que se conheça a cultura infantil, seus modos de produção e expressão que se planejem situações capazes de desafiá-las, ajudando-as a avançar nas suas aprendizagens e no desenvolvimento de suas potencialidades. Assim, pensar nas relações entre infância e cultura nos leva a pensar sobre o papel do adulto, este que ocupará o lugar de mediação dessas relações. O professor tem um papel fundamental na investigação dos processos de significação das crianças tanto quanto na escolha de atividades promotoras de desenvolvimento. Ele deve se responsabilizar por criar bons contextos de mediação entre as crianças, seu entorno social e os vários elementos da cultura. Cabe-lhe a arte e a competência de criar condições para que as aprendizagens ocorram tanto nas brincadeiras livres quanto nas demais situações orientadas intencionalmente, considerando o desenvolvimento, a ação mental infantil e interações de maior qualidade envolvendo adultos e crianças, e as interações que as próprias crianças estabelecem enquanto brincam, produzem e aprendem cooperativamente. (OLIVEIRA; MARANHÃO; ABBUD; ZURAWSKI; PEREIRA E AUGUSTO, 2012, P.58).

Ao direcionarmos a pesquisa para diagnosticar um desses temas, adentraremos no campo historiográfico, fundamentando posteriormente os resultados.

4. OBJETIVOS

Os objetivos propostos neste projeto de pesquisa visam analisar a teoria e a prática em sala de aula de algumas instituições escolhidas no decorrer da investigação que fundamentarão o processo.

A meta inicial deste trabalho será:

- Discutir e avaliar a qualidade do trabalho do Professor de Educação Infantil como garantia a formação equivalente para o ensino Fundamental.
- Identificar quais são os fatores que contribuem para que o currículo da Educação Infantil não aconteça.
- Discutir o papel central da Educação Infantil.
- Indicar quais são os dinamismos da formação de professores.
- Investigar porque os objetivos dos documentos e dos Referenciais para a Educação Infantil não discorrem na prática.
- Refletir a questão do aprimoramento acadêmico como uma forma de emancipação da prática pedagógica, analisando os discursos que permeiam a construção da identidade profissional.
- Entrevistar os professores de educação infantil, indagando a relevância dos cursos de formação através dos discursos e saberes ressignificados.

5. PROBLEMATIZAÇÃO

A formação continuada ocorrida de forma individualizada pelos profissionais, que buscam apenas por uma evolução profissional fazendo cursos, oficinas, palestras dentre outras possibilidades, tem contribuído para uma fragmentação do ensino. Estes profissionais estão cada vez menos preocupados em atuar de maneira significativa, obtendo menos suporte teórico e prático para o desenvolvimento de habilidades e competências da profissão docente. A formação oferecida dentro da rede deveria ser um aparato para lidar com as situações dentro e fora da sala de aula. Mas infelizmente muitos profissionais não levam a sério a chance de rever certos conceitos, discursos e narrativas, reelaborando-os.

6. METODOLOGIA

Este trabalho percorrerá primeiramente por um estudo bibliográfico histórico, que permitirá uma discussão sobre o papel do Professor exercido anteriormente nas escolas de Educação Infantil e atualmente e será desenvolvido na cidade de São Paulo, especificamente com docentes da rede direta de ensino ofertada pela Prefeitura de São Paulo, em 5 CEIs (Centros de Educação Infantil) que atendem crianças de zero a três anos e 3 EMEIs (Escola Municipal de Educação Infantil) que atendem crianças de 4 a 5 anos, com 20 professores.

O projeto será direcionado para uma investigação de cunho exploratório, ou seja, qualitativo que se fundamentará numa auditoria de informações e estudos a respeito da real ofício exercido pelos PEIs na prática e o que recomenda os documentos. Os métodos de investigação para essa pesquisa serão: entrevistas com questionários; encontros; histórias pessoais sobre a escolha da profissão; registros; pesquisa bibliográfica.

Inferir-se por pesquisa bibliográfica uma síntese sobre os principais trabalhos desenvolvidos e instruídos de discursos atuais e consideráveis ao tema. Neste projeto serão estudados autores com elogiado direcionamento no que se concerne à proposição da pesquisa, tais como: CORTELLA, LIBANEO, LARROSA, FREIRE, MORIN, PERRENOUD, MOLINA, ZABALZA, dentre outros.

Para o levantamento das informações, serão empregadas estratégias de entrevistas, encontros e análise. As entrevistas e os encontros serão utilizados na obtenção de dados, que se dará por meio de uma elaboração, evitando perguntas tendenciosas ou adulteradas ou ainda, persuadidas pelo entrevistador ante o entrevistado.

7. DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA

Após uma apuração bibliográfica e de produções acadêmicas, não foram identificados trabalhos dentro do campo historiográfico e das ciências humanas que se aproxime do tema escolhido. Em contrapartida, alguns trabalhos que discutam o papel do professor de educação infantil e a formação do mesmo puderam alicerçar um pouco do que eu gostaria de discorrer.

A projeção social da Educação Infantil, CEIs (antigas creches) e pré-escolas, são incontestáveis. E o desenvolvimento de uma cultura em que o olhar voltado para a criança obtenha novas definições, dando a ela direitos, atestando condições para propiciar as ações desenvolvidas pelos adultos é uma das suposições deste trabalho. E segundo Emília:

Garantir o preceito da Constituição de 1988: A creche é um direito da criança e dos pais e um dever do Estado, implica concebê-la como instituição educativa, responsável, com as famílias, pelo desenvolvimento da criança. É necessário profissionalizar as pessoas que aí trabalham para assumirem o papel de educadores. (SANCHES, 2003, p. 17).

E na maioria das vezes, os sujeitos que compõe o espaço dos Centros de Educação infantil, não se concebem como profissionais, não assimilam a importância do seu papel na formação das crianças.

No entanto, hoje a educação infantil é instigada a responder a percepção do que é a diversidade humana, tão significativa e com riscos de se perder devido aos avanços globais.

Nas pré-escolas e nos CEIs, o desenvolvimento acontece através de uma parceria entre as crianças e o Professor. O Professor ao responder à criança, estendendo, estabelecendo conexões e elucidando seus comentários, dúvidas e ações, o professor nutre o pensamento infantil, indicando condições que ajudem as crianças a preservar as ideias que já dispõem e a formar hipóteses. Segundo Zilma:

Muitos de nossos professores apreendem apenas superficialmente o universo simbólico infantil. Por vezes identificam vários sentidos potenciais e escolhem um deles para trabalhar, sem refletir sobre o critério que utilizam para fazê-lo. Dão

respostas muitas vezes apressadas, em decorrência mais de sua angústia por trabalhar em campos com múltiplas significações do que das necessidades das próprias crianças. (OLIVEIRA, 2011, p. 209).

O que infelizmente terá uma repercussão no Ensino Fundamental. Muitos dos discursos narrados por colegas atuantes e suas experiências com alunos da primeira e da segunda etapa do Ensino Fundamental, como indisciplinas, defasagem, falta de interesse ou processos de má aprendizagem, pode ter relação com algumas lacunas não preenchidas durante o processo de aprendizagem nas escolas de Educação Infantil.

O que está em debate, portanto, é uma formação que auxilie a criança a transformar-se num sujeito que pensa, de modo que descubra seu potencial por meio de intervenções cognitivas de construção e reconstruções de valores, atitudes e habilidades. E para isso: A pedagogia intervém na prática educativa dando-lhe uma orientação de sentido e criando condições organizativas e metodológicas para sua viabilização, definindo seu traço mais característico: a intencionalidade. (...) quem e porque se educa, para que objetivos se educa, quais os meios adequados de se educar. A intencionalidade é, portanto, a dimensão ética e normativa da prática educativa, pela qual todos os tipos de educadores envolvem-se moralmente no trabalho que realizam. (LIBANEO, 2011, p. 57).

Apesar das leis, dos parâmetros e referenciais, no que se refere a consentir o direito da criança à educação nos seus primeiros anos de existência, é de extrema importância conceituar os inúmeros desafios para a efetiva qualidade no atendimento. Ainda: As instituições de educação infantil no Brasil, devido à forma como se expandiu, sem os investimentos técnicos necessários, apresenta, ainda, padrões bastantes aquém dos desejados (...) a insuficiência e inadequação de espaços físicos, equipamentos e materiais pedagógicos; a não incorporação da dimensão educativa nos objetivos da creche; a separação entre as funções de cuidar e educar, a inexistência de currículos ou propostas pedagógicas são alguns problemas a enfrentar. (BARRETO, 1998, p.25).

A educação em si, deve conduzir o sujeito envolvido ao progresso e ao inteiro desenvolvimento das suas capacidades inerentes e compatíveis de forma constante e dialética.

As Pré-escolas e os CEIs são indispensáveis para o desenvolvimento da criança. Além dos cuidados físicos, devem criar condições para o desenvolvimento cognitivo, simbólico, social e emocional das crianças. A relevância disso tudo se dá a partir do momento em que a escola seja pensada enquanto instituição e não como substituta da família. É neste espaço que se dará o cuidado e a educação necessária às crianças, que ali vivem, convivem, exploram, conhecem e experimentam. Construindo uma percepção de mundo e de si, formando-se sujeitos.

9. PLANO DE TRABALHO

- 1) Levantamento da bibliografia, seleção e revisão.
- 2) Levantamento, triagem e análise de fontes primárias.
- 3) Elaboração de sínteses a partir das leituras realizadas.
- 4) Análise, interpretação e discussão dos dados coletados em pesquisa de campo.
- 5) Elaboração de relatórios parciais e final.
- 6) Elaboração de textos para apresentar para o orientador (a).
- 7) Elaboração de textos para publicação.
- 8) Apresentação de resultados parciais e finais da pesquisa.
- 9) Reuniões regulares para orientação e discussão do referencial teórico, elaboração de relatórios e textos para divulgação de resultados.

10. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Celso. Como desenvolver as competências em sala de aula. (9ª ed.).

Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira – Por amor e por força: rotinas na educação infantil - Porto Alegre: Artmed, 2006

BARRETO, Ângela M. R. Situação atual da educação infantil no Brasil. In: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Subsídios para o credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil. v. 2. Coordenação Geral de educação infantil. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil /Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

CARR, Edward Hallet. Que é história? Tradução de Lúcia Maurício de Alverga. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

CORTELLA, Mario Sergio. Educação, Escola e Docência: Novos tempos e novas atitudes – São Paulo: Cortez, 2014.

CRAIDY, Maria; GLADIS, Elise P. da Silva. Educação Infantil Para Que Te Quero – Porto Alegre: Artmed,2001.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. Educação e Poder: Introdução a Pedagogia do Conflito – 16. Ed. – São Paulo: Cortez, 2012. Brasil: a arte do disfarce. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Pedagogia da Práxis. 4 ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004.

GALEANO, Eduardo.(Trad. Sergio Faraco). De pernas pro ar. A escola do mundo ao avesso. Porto Alegre: L&PM, 1999.

HADDAD, L. A creche em busca de sua identidade: perspectivas e conflitos na construção de um projeto educativo. São Paulo: Loyola, 1991.

KRAMER, S. A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. A política do Pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

LIBANEO, José Carlos. Adeus Professor, Adeus Professora? : novas exigências educacionais e profissão docente – 13. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

MOLINA, Paola; ONGARI, Barbara. A educadora de creche: construindo suas identidades. – São Paulo: Cortez, 2003.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro – 2. ed. rev. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF; UNESCO, 2011.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Educação Infantil: fundamentos e métodos – 7. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

PERRENOUD, Philippe. Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas. Lisboa, Dom Quixote, 1993.

_____. (1997) (Trad. Bruno C. Magne). Construir as competências desde a escola. Porto Alegre: Artes Médicas Sul LTDA, 1999.

_____. (2002) (Patrícia C. Ramos). 10 novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artes Médicas Sul LTDA, 2000.

SANCHES, Emília Cipriano. Creche: realidade e ambiguidades – Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

ZABALZA, Miguel A. Qualidade em educação infantil – Porto Alegre: Artmed, 1998.